



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CONTRATO Nº 006/2022-SEMFA/PMSG

TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET, NA FORMA DE ACESSO REDUNDANTE AO LINK EXISTENTE, INCLUÍDOS OS EQUIPAMENTOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS À INTERCONEXÃO AOS EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A GOLDCOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Aos 05 (cinco) dias do mês de maio do ano de 2022 o **Município de São Gonçalo**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA**, o Sr. **Randhal Juliano Barreto Coelho**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 108394081 expedida pelo DIC/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº 081.535.917-97, e do outro lado **GOLDCOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida na Rua: Júlio de Sá Bierrenbach, nº 65 – bloco 4 – sala 321 e 322 – Jacarepaguá/RJ, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 23.566.982/0001-89, neste ato representada pelo Sr.ª Renata Lima dos Santos, brasileira, casada, sócia administradora, portadora de Carteira de Identidade n.º 11.839.451-9, expedida pelo DIC/RJ e CPF n.º 055.194.677-65, e tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo nº **24.022/2019** do Pregão Eletrônico PMSG nº 019/2022, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 093 de 15 de Março de 2021 e Decreto Municipal nº 057 de 11 de Março de 2009, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de acesso à internet, na forma de acesso redundante ao link existente, incluídos os equipamentos que se fizerem necessários à interconexão aos equipamentos da Administração Direta do Município de São Gonçalo.

1.2. O presente instrumento terá a vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

2.1. A CONTRATADA deverá:

2.1.1. Permitir o tráfego de toda a suíte de protocolos que compõe o padrão TCP/IP, devendo ser implementado sempre por meio de acessos dedicados e permanentes e utilizando comunicação síncrona;

2.1.2. Prestar o serviço, incluindo a instalação e o fornecimento de quaisquer equipamentos necessários à interligação, inclusive de roteadores;

2.1.3. Permitir o acesso somente de leitura por parte da Subsecretaria Municipal de Informática do CONTRATANTE às configurações do roteador, possibilitando verificar os contadores das interfaces, efetuar testes de conectividade, tais como ping e traceroute;

2.1.4. Na ativação do circuito, criada uma community SNMP, para que o consumo de banda seja monitorado por um servidor interno do CONTRATANTE;

2.1.5. Criar todas as rotas para que o monitoramento funcione;

2.1.6. O link deverá estar disponível de forma mínima e mensal em 99,4% (noventa e nove vírgula quatro por cento) do tempo de serviço, compreendendo até 4 (quatro) horas por mês de indisponibilidade, considerando 720 (setecentos e vinte) horas em um mês com 30 (trinta) dias;

2.1.7. Na ocorrência de disponibilidade entre 99,4% e 99,2% do tempo de funcionamento do link (tempo de indisponibilidade superior a 4 horas e inferior a 6 horas), caberá desconto de 10% no valor mensal da fatura;

2.1.8. Na ocorrência de disponibilidade entre 99,2% e 98,8% do tempo de funcionamento do link (tempo de indisponibilidade superior a 6 horas e inferior a 9 horas), caberá desconto de 20% no valor mensal da fatura;

2.1.9. As disponibilidades acima descritas nos subitens 2.1.6 ao 2.1.8 indicarão o percentual de tempo em que o serviço será considerado em condições normais de funcionamento, durante o período de 1 (um) mês de operação;

2.1.10. O serviço será considerado indisponível quando estiver inoperante ou quando o tempo de indisponibilidade for superior a 9 horas/mês, conforme descrito no item 9.1.8;

2.1.11. Salvo por força maior, o serviço será considerado indisponível quando apresentar tempo de resposta superior a 30 (trinta) ms para qualquer endereço de destino nacional ou superior a 200



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

(duzentos) ms para rotas internacionais por até 2 (duas) horas seguidas, dentro de um intervalo de tempo de 24 (vinte e quatro) horas ou 1 (um) dia, caberá desconto de 10% no valor mensal da fatura;

2.1.12. Salvo por força maior, quando o tempo de resposta for superior a 30 (trinta) ms para qualquer endereço de destino nacional ou internacional por mais de 2 (duas) horas seguidas, dentro de um intervalo de tempo de 24 (vinte e quatro) horas ou 1 (um) dia, caberá desconto de 20% no valor mensal da fatura;

2.1.13. Enviar os contatos de todos os responsáveis por sua parte técnica (Escalation);

2.1.14. Enviar, juntamente com a proposta técnica, mapa e descritivo do circuito de acesso entre os pontos de presença da CONTRATADA e do CONTRATANTE, indicando se o link é próprio ou de terceiros, contendo sua área de cobertura e seus pontos de presença e/ou distribuição, caso a tecnologia implementada na prestação do serviço utilize-se desses meios. Se o link de acesso pertencer a terceiros, a CONTRATADA deve indicar o nome do provedor, mapa e descritivo do circuito.

2.1.15. Caso haja necessidade da troca de localização dos circuitos fornecidos, deve a CONTRATADA fazer, em até 15 (quinze) dias, no caso da nova localização constar de sua área de cobertura.

2.1.16. Constar na proposta de fornecimento cronograma de instalação, com detalhamento por circuito, devendo a sua execução ser priorizada pelos técnicos da Subsecretaria de Informática.

2.1.17. O prazo total da instalação e ativação deve ser de 15 (quinze) dias, no máximo.

2.1.18. A instalação do serviço será considerada concluída somente quando todos os circuitos encontrarem-se instalados, ativados e testados, devendo a CONTRATADA, ao final, emitir relatório de instalação e teste.

2.1.19. O relatório de instalação e teste deve possuir, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Local da instalação;
- b) Velocidade do circuito;
- c) Equipamentos utilizados;
- d) Nome do técnico; e
- e) Data de cada circuito instalado.

2.1.20. O relatório de teste deve constar, no mínimo, a velocidade real atingida, latência, taxa de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

perda de pacotes. A duração do teste deve ser ao menos de 1 (uma) hora.

2.1.21. A CONTRATADA deverá enviar, após a instalação dos circuitos, certificados de homologação da ANATEL dos equipamentos localizados em instalações do CONTRATANTE.

2.1.22. A CONTRATADA deverá enviar juntamente com a proposta, certificado (OUTORGA SCM) do órgão regulamentador de comunicações (ANATEL), que demonstre que a CONTRATADA possui licença para prestação do serviço objeto deste Termo.

2.1.23. A CONTRATADA deverá possuir ASN (Sistema Autônomo de Nomes) próprio.

2.1.24. A CONTRATADA não poderá utilizar da mesma infraestrutura da empresa que presta o serviço de interconexão e/ou subcontratar seus serviços, por se tratar de um link de internet de redundância.

2.1.25. Os equipamentos instalados (roteadores) deverão aceitar máscaras dos três tipos (A, B e C), VLSM, CIDR, devendo, também, ser possível a criação de rotas manuais, configuração de QoS, controle de banda, SNMP, configuração via terminal, Telnet, SSH ou WEB.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1.1. Obedecer às especificações constantes neste Termo;

3.1.2. Responsabilizar-se pela entrega do material/execução dos serviços, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de sua estrita responsabilidade;

3.1.3. Realizar a entrega/executar o serviço dentro do prazo estipulado;

3.1.4. O retardamento na entrega do objeto/execução do serviço não justificado considerar-se-á como infração contratual;

3.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

3.1.6. Manter com o CONTRATANTE relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de confirmados de imediato e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

por escrito;

3.1.7. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos bens objeto deste Termo;

3.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93;

3.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;

3.1.10. Possuir política de segurança com vistas a garantir a integridade dos dados acessados via roteador e dos dados do CONTRATANTE. Será exigido que o prestador possua em suas instalações Sistema de "Firewall" ou similar;

3.1.11. Assegurar ao CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, o repasse de descontos e ofertas pecuniárias, quando fornecidos a outros usuários do mesmo sistema;

3.1.12. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados no contrato;

3.1.13. Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

3.1.14. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

3.1.15. Comunicar a Subsecretaria Municipal de Informática, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

3.1.16. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

3.1.17. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE;

3.1.18. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do serviço, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

3.1.19. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do contrato;

3.1.20. Aceitar, durante a vigência do Contrato, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, durante a sua vigência (§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93);

3.1.21. Fornecer, quando da assinatura do contrato, endereço de correspondência, telefone, e-mail e procedimentos para o encaminhamento de ofício por parte do CONTRATANTE;

3.1.22. Manter seu endereço de correspondência e telefones atualizados durante toda a vigência do contrato;

3.1.23. Responder, em prazo máximo de 48 horas corridas, quaisquer questionamentos realizados pelo CONTRATANTE;

3.1.24. Prover pessoal necessário para garantir a execução do serviço, sem interrupção, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

3.1.25. Tratar como “confidenciais” quaisquer informações, dados, processos, fórmulas ou códigos a que tenha acesso para execução do objeto, utilizando-os apenas para as finalidades previstas no CONTRATO, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros. A obrigação assumida por força desta condição permanecerá válida durante o período de vigência contratual e nos doze meses subsequentes ao seu término, e o seu descumprimento implicará em sanções administrativas e judiciais contra a CONTRATADA, previstas no CONTRATO e, cumulativamente, na legislação pertinente;

3.1.26. Exigir de todos os seus empregados, colaboradores ou prestadores de serviços, que façam parte, a qualquer título, da equipe executante do objeto do Termo de Referência a assinatura de Termo de Ciência e Confidencialidade, onde o signatário declara-se, sob as penas da lei, ciente e solidário das obrigações assumidas pela CONTRATADA no que se refere às condições de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

propriedade e confidencialidade;

3.1.27. Realizar todos os trabalhos sem que haja a necessidade de parada do ambiente em produção, exceto as predeterminadas com a equipe do CONTRATANTE;

3.1.28. Comunicar formalmente e imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer mudanças de endereço de correspondência e contato telefônico.

3.1.29. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo dos procedimentos de liquidação e pagamento da fatura;

3.1.30. Assinar instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação oficial da Administração convocando para esse fim;

3.1.31. Por ocasião da assinatura do instrumento contratual e da realização do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá estar em situação regular junto à Previdência Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e à Fazenda Nacional;

3.1.32. É vedada a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

3.1.33. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente todas as condições previstas no Termo de Referência e em outras obrigações previstas no contrato, inclusive, e comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

3.1.34. A CONTRATADA obriga-se a não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

3.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3.2.1. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências das unidades do CONTRATANTE, aos dados e demais informações necessárias ao desempenho das atividades previstas no Termo de Referência e demais anexos, ressalvados os casos de matéria sigilosa;

3.2.2. Cientificar a CONTRATADA sobre as normas internas vigentes relativas à segurança, inclusive aquelas relacionadas ao controle de acesso de pessoas e veículos, bem assim sobre a Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

3.2.3. Levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na entrega do objeto desta proposição, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto pactuado, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.2.4. Verificar e atestar a faturas da CONTRATADA;

3.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA; e

3.2.6. Efetuar o pagamento devido pela entrega total do material, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas no Termo de Referência e no contrato.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. A despesa no valor de **R\$ 29.640,00** (Vinte e nove mil, seiscentos e quarenta reais) correrá à conta do Programa de Trabalho nº 2024.04.122.1001.2.103, Código de Despesa nº 3.3.90.39.00, Fonte de Recursos nº 00, Código Reduzido nº 64.

4.2. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O montante do valor do objeto deste contrato será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem pagas mediante prestação de serviço mensal mensurada e descontada possível falta de fornecimento acima do aceitável, conforme os subitens 10.1.6 a 10.1.12 do Termo de Referência.

5.2 - Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da CONTRATADA, desde que seja instruído com:

- a) Nota Fiscal devidamente atestada pelos 02 (dois) Fiscais do Contrato;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);
- c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo.

5.3 - O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dia, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

5.4 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da CONTRATANTE, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com variação pro rata temporis do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, incidindo ainda juros moratórios à taxa de 0,5% a.m.

5.5 - Os encargos moratórios devidos em razão de atraso no pagamento serão calculados com a utilização da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (Tx/100)/365$$

Tx = Percentual da taxa anual (item 5.4)

6 – CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

6.1. O preço contratado permanecerá irrevogável durante 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta. Passados 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, o seu valor poderá a requerimento da contratada e desde que a hipótese legal seja verificada, ser reajustado, alcançando a data da formulação da proposta. Sendo revisto com base na fórmula $R = \{(I-10)/10\} \times V$, onde:

R – é o valor do reajustamento procurado;

I – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente aos serviços especificados e relativos ao mês de execução destes;

10 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relativo ao mês de apresentação da proposta;

V – É o valor inicial contratual dos serviços.

6.2. O atraso na execução dos serviços, imputável à CONTRATADA, não gerará direito a reajustes ou a atualização monetária;

6.3. A contratada deverá ainda obedecer todas as orientações e especificações contidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. Não se admite a exigência de subcontratação para o presente objeto, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 7º, inciso I e §2º).

7.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária à modificação do modo de fornecimento, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II – Unilateralmente pela Administração.

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

- 9.1.1 Advertência escrita;
- 9.1.2 Multa;
- 9.1.3 Suspensão temporária;
- 9.1.4 Declaração de inidoneidade.

10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

9.2. Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

9.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

9.3.1. A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

9.3.2. A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

9.3.2.1. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

9.3.2.2. Por inexecução total ou parcial.

9.3.2.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

9.3.2.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

9.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

9.4.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

9.4.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

9.4.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

9.4.4. As multas serão recolhidas em favor da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art. 109, da Lei n.º 8.666,

11



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

9.4.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA.

9.4.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado no subitem 9.4.4. será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

9.4.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

9.4.8. Em se tratando de Compras, será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

9.4.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL do órgão integrante da Administração Pública direta.

9.5. **Suspensão temporária** – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e a SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

9.6. **Declaração de inidoneidade** – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.6.1. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município para apreciação, antes de ser publicado o Ato.

12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

10.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

10.2. A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

10.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

11.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das PARTES, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste CONTRATO.

11.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito à fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda (fiscais do contrato), para que esta decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste CONTRATO.

11.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas PARTES.

11.4. Serão para fins deste CONTRATO casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

11.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste CONTRATO.

11.6. No caso de não ser reconhecida pela CONTRATANTE a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste CONTRATO.

13



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 – A Administração Municipal, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**, publicará no Diário Oficial Eletrônico do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 48, do Decreto Municipal n.º 093/2021.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do contrato a ser firmado com a licitante vencedora será acompanhada e fiscalizada por 02 (dois) servidores designados pela Secretaria Municipal de Fazenda, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.2. Aos servidores designados para fiscalizarem e acompanharem a execução do contrato competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, cabendo-lhes dar ciência à Secretaria Municipal de Fazenda sobre todo e qualquer fato que possa interferir na execução do contrato.

13.3. Os servidores designados deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus servidores, consoante o disposto no artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

13.5. Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à Secretaria Municipal de Fazenda para as providências cabíveis.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 – Fica reservado à Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento do objeto deste Contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

15.2 – A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

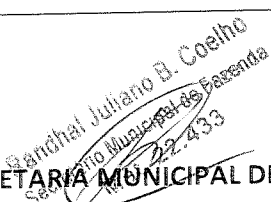

15.3 – É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

15.4 – O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

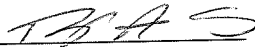
16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO


16.1 – Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando, desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado, as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

 Gaudiel Juliano B. Coelho Secretário Municipal de Fazenda CPF: 022.433 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CONTRATANTE	 Alexandre Reis Analista de Vendas CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

Assinatura: 
Nome: RONEY ANTUNES DE A. ROCHA
CPF: 166.074.017-61

Assinatura: 
Nome: ALEXANDRE REIS
CPF: 071029014-05

23.566.982/00001-89
GOLD CON TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
AV. ALBERTO JULIO DE SA BIERRENBACH,
65 BLOCO 04 SALAS 321 E 322
JACAREPAQUÁ - CEP: 22.775-028
Rio de Janeiro - RJ